

A AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DO ALTO URUGUAI, RS – BRASIL, COMO EXEMPLO DE SUSTENTABILIDADE LOCAL

Charline Ujacov Silveira¹
Alcindo Neckel²
Daiane Folle³

Introdução

A agricultura familiar, tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul (RS), engloba, em sua complexidade, a agroecologia, o turismo rural e o desenvolvimento sustentável. Nos últimos anos, essa forma de desenvolvimento das atividades agrícolas, reconhecida como uma forma social de trabalho e de produção, tem ganhado visibilidade em razão das pesquisas e das discussões políticas que demonstram sua importância para o desenvolvimento rural.

Apesar de seu desenvolvimento ter-se iniciado na década de 1990, a agricultura familiar é praticada no Brasil há muito tempo. Em relação a isso, Silva e Mendes (2012, p. 33) destacam que “o aumento das discussões acerca da agricultura familiar, no decorrer da década de 1990, é atribuído à grande concentração fundiária e à diversidade de situações apresentadas pelas regiões brasileiras”. Isso obrigou o Brasil, segundo Denardi (2001), a definir o conceito de agricultura familiar, uma vez que, antigamente, falava-se em pequena produção, pequeno agricultor, agricultura de baixa renda ou de subsistência e, até mesmo, usava-se o termo camponês.

Nessa forma de produção, predomina a interação entre gestão e trabalho. Os agricultores familiares dirigem o processo produtivo, com ênfase na diversificação, utilizando o trabalho familiar e, de acordo com Abramovay (2000), não há contratação de trabalhadores permanentes.

A agricultura familiar, até há pouco tempo, era conhecida como agricultura de subsistência. Com o surgimento de algumas políticas públicas voltadas para o setor, Nunes (2007, p. 6) enfatiza que, “mais recentemente, a adoção da noção de agricultura familiar contribuiu para criar uma nova identidade política entre as organizações e movimentos sociais do campo, o que também contribuiu para alterar interesses, projetos e opções políticas”.

Em razão disso, o tratamento dado à agricultura familiar não se destina apenas a proporcionar sobrevivência aos agricultores, mas, mesmo, seu desenvolvimento. Nesse contexto, para Picolotto (2009), o desenvolvimento, para ser sustentável, precisa integrar crescimento econômico com preservação ambiental, tido como aquele que satisfaz as necessidades da geração atual, sem o comprometimento das futuras gerações.

As políticas públicas voltadas aos pequenos produtores nasceram da sua organização. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (Fetraf-Sul), filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT) nasceu do sonho de centenas de agricultores, pastorais (movimentos ligados à Igreja Católica), de organizações não governamentais (ONG), de líderes comunitários e de entidades que buscam, nas suas regiões, organizar os trabalhadores do campo para terem voz ativa na sociedade, frente a instituições e ao governo (PICOLOTTO, 2011).

AFetra-Sul/CUT, que abrange os três Estados do Sul do país, foi criada em um congresso que reuniu mais de 1.200 agricultores familiares em Chapecó, estado de Santa Catarina (SC) (por causa da proximidade entre as fronteiras: RS, com SC), no dia 28 de março de 2001. Segundo Picolotto (2011), essa associação é um marco histórico na organização sindical da agricultura familiar. Atualmente, ela representa mais de 100 mil famílias de agricultores familiares e articula a luta política de forma integrada com a organização econômica e social, construindo caminhos concretos para os agricultores familiares.

Nesse sentido, a região do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul torna-se um palco de mudanças na base produtiva, estimulada à agricultura familiar. Assim, a pesquisa busca resposta à seguinte indagação: qual o perfil da agricultura familiar na Região do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul? O objetivo principal é traçar o perfil da agricultura familiar, tendo-se como base os agricultores familiares dos municípios de Erechim (RS) e arredores.

O tema é importante não só para a região do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul, mas para todo o território brasileiro, já que seus resultados poderão servir a outros pesquisadores e especialmente a técnicos. Com base nisso, poderão basear-se em dados locais sobre a agricultura familiar para o planejamento e a execução de possíveis melhorias até mesmo em outros limites territoriais. Ao favorecer e estimular a prática da agricultura familiar, obtêm-se ganhos aos próprios agricultores e também à população urbana. Isso tendo em vista que a aplicação dos princípios dessa modalidade de agricultura proporciona melhor qualidade alimentar e, conseqüentemente, favorece o aumento da qualidade de vida populacional que, por sua vez, favorece o desenvolvimento regional sustentável.

As relações entre o rural e o urbano decorrentes da comercialização de produtos alimentícios providos da agricultura familiar

O uso da terra por parte da humanidade, segundo Silva e Silva Júnior (2010, p. 525), tornou possível a atividade agrícola através dos tempos. Isso, por sua vez, ocasionou transformações nos espaços naturais ao longo da história, proporcionado, assim, a “crescente necessidade de produção de alimentos e a intensa discussão dos problemas ambientais da atualidade, que tem exigido reflexão sobre a produção de alimentos em nível mundial”.

Esses debates, conforme Cleps Junior (2010), começaram no Brasil em decorrência de movimentos como Revolução Verde, iniciada na década de 1950 e que, posteriormente, se espalhou por vários países, em virtude dos impactos decorrentes da expansão agrícola. Esse movimento fez aumentar a produtividade agrícola, mas deixou uma imensa e crescente marginalização social (o uso da terra deu-se de maneira mecanizada e a maioria dos habitantes do meio rural migrou para os centros urbanos).

Essa nova estruturação, conforme informa Marques (2002, p. 96), gerou também mudanças no espaço rural, ocasionando a valorização do campo, por ter havido a “expansão e a consolidação do agronegócio”, e o surgimento da monocultura da soja. Mas, como a população não se alimenta exclusivamente com o produto da monocultura, os produtores que permaneceram em propriedades rurais viram a oportunidade de cultivar alimentos diversificados, iniciando um ciclo inicialmente denominado “subsistência familiar”.

Desde a década de 1990, o interesse pela agricultura familiar vem crescendo no Brasil, materializando-se em políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e na criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além do revigoramento da Reforma Agrária. Hoje, a agricultura familiar é responsável por um terço das receitas dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Essa receita é obtida com a venda de produtos vegetais, animais e seus derivados (EMBRAPA FLORESTAS, 2013).

Conforme Portugal (2004), existem dois fatores primordiais para o desenvolvimento da agricultura familiar: (i) informação organizada, utilizando os meios de comunicação, como TV, rádio e *internet*, e (ii) incremento da organização dos produtores, visando a agregar valor à produção e à busca de novos mercados e de novas alternativas para o uso da terra e o turismo rural.

Assim, surge o princípio da agricultura familiar, que consiste em uma forma de produção em que predomina a interação entre gestão e trabalho, em que os agricultores familiares dirigem o processo produtivo, com ênfase na diversificação e na mão de obra familiar. Logo, agricultura familiar pode ser definida como o processo de cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão de obra essencialmente o núcleo familiar. É o que está previsto no Brasil pela Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006).

A produção familiar, na concepção de Sunderhus (2008), é focada na diversificação e na integração de atividades vegetais, animais, de transformação primária e de prestação de serviços. Como as áreas de trabalho são pequenas, elas

podem ser aproveitadas para o desenvolvimento de uma agricultura ecológica, social, econômica, sustentável e ambientalmente corretas.

Uma das características da agricultura familiar é, segundo Portugal (2004), o fato de ser constituída de pequenos e médios produtores, que representam a imensa maioria de produtores rurais do Brasil. Assim, a agricultura familiar, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2004), depende de tecnologias e de condições políticas institucionais, representadas por acesso a crédito, a transporte, a energia, que venham a facilitar a vida do agricultor familiar.

Método de Pesquisa

A região pesquisada, segundo Sobolevski, Decian e Silva (2014, p. 49-50), é denominada Região do Alto Uruguai e é “composta por 31 municípios” (Figura 1), localizados no norte do estado do Rio Grande do Sul, “entre as coordenadas geográficas 27°12’59” e 28°00’47” de latitude Sul e 52°42’12” e 51°49’34” de Longitude Oeste”, sobre uma área territorial de 5.916,28 Km².

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2012), é modelo na agricultura familiar. Erechim foi o primeiro município brasileiro a utilizar 100% do recurso repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE) para adquirir alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar (MDA, 2012). Conseqüentemente, em seu contexto territorial, Erechim possui nove feiras onde se pratica a comercialização de alimentos da agricultura familiar por agricultores de toda a região do Alto Uruguai: Feira do Produtor; Feira Avenida Pedro Pinto de Souza; Cooperativa Nossa Terra; Bairro Três Vendas; Bairro Paiol

Grande; Bairro São Cristóvão; Bairro Parque Livia; Bairro Presidente Vargas e Bairro Atlântico.

Figura 1: Região do Alto Uruguai/RS-Brasil.



Fonte: Mapa adaptado de Sobolevski, Decian e Silva (2014) e IBGE (2014).

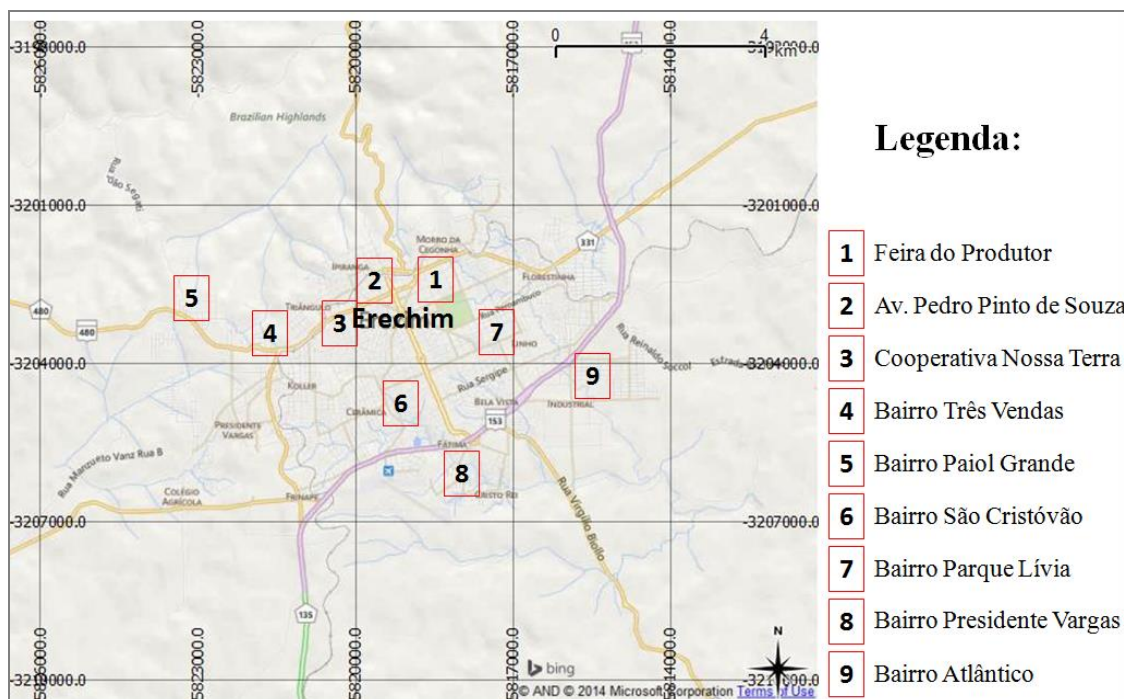
O Método de Análise de Conteúdo foi uma ferramenta que possibilitou analisar os dados de maneira descritiva a partir de materiais já elaborados, tais como livros, artigos científicos que permitiram obter informações sobre o tema analisado. Segundo Bardin (2011, p. 44), “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer, e modificar conceitos e ideias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Foram realizadas, ainda, por abordagens quantitativas, na forma de questionários, com perguntas abertas e fechadas. A pesquisa quantitativa permite medir opiniões e atitudes e é aplicada a uma amostra que representa a população (BARDIN, 2011). A estatística, segundo Borba et al. (2004, p. 54-55), representa um “refinamento bastante grande com relação à coleta bruta de dados à análise de sua representatividade no universo que forma o objeto da pesquisa”.

Optou-se por aplicar os questionários para os agricultores que expõem seus produtos nas feiras distribuídas em pontos diferentes da cidade de Erechim. Atualmente, a localização das nove feiras pode ser visualizada na Figura 2. Das 109 famílias que têm bancas de comercialização nas feiras, foi possível conversar com 51 delas, o que representa 47% das famílias contabilizadas que fazem parte da Agricultura Familiar da Região do Alto Uruguai.

A finalidade da aplicação do questionário de entrevista foi elaborar um diagnóstico da situação atual da agricultura familiar nessa região. Os dados obtidos foram digitados em planilhas no programa Excel e, no mesmo programa, foram elaborados gráficos para facilitar a análise e a interpretação dos dados.

Figura 2: Localização das feiras de produtores distribuídas na cidade de Erechim/RS.



Fonte: Mapa elaborado no *software* QGIS versão 2.4 de 2014, fazendo-se o uso da manipulação de imagem de satélite Bing Aerial/AND (BING AERIAL, 2014).

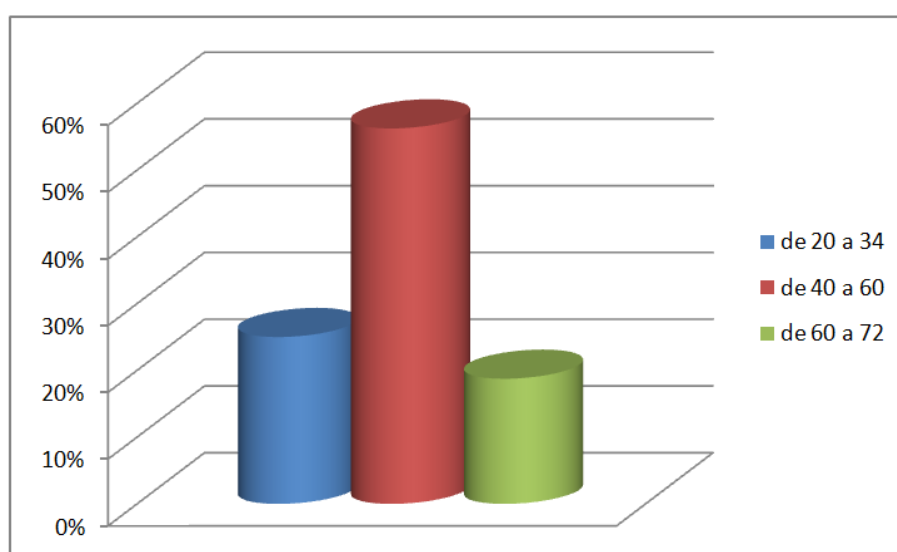
Análise dos Resultados

Análise Exploratória dos Dados

A primeira questão do instrumento de pesquisa diz respeito à idade do entrevistado. Observa-se que um número expressivo, 56%, está com mais de 40 anos e 19% são aposentados, enquanto o restante, que soma 25%, tem idade inferior a 40 anos (Figura 3). Os dados demonstram a falta de mão de obra jovem na agricultura familiar.

Quanto ao estado civil, 100% dos entrevistados apresentam união estável. Observa-se a permanência dos “chefes da família” (pai e mãe) na área rural. Os entrevistados com idade entre 20 e 30 anos, considerados mais jovens, permanecem com seus pais e já estão casados.

Figura 3: Faixa etária dos agricultores entrevistados.



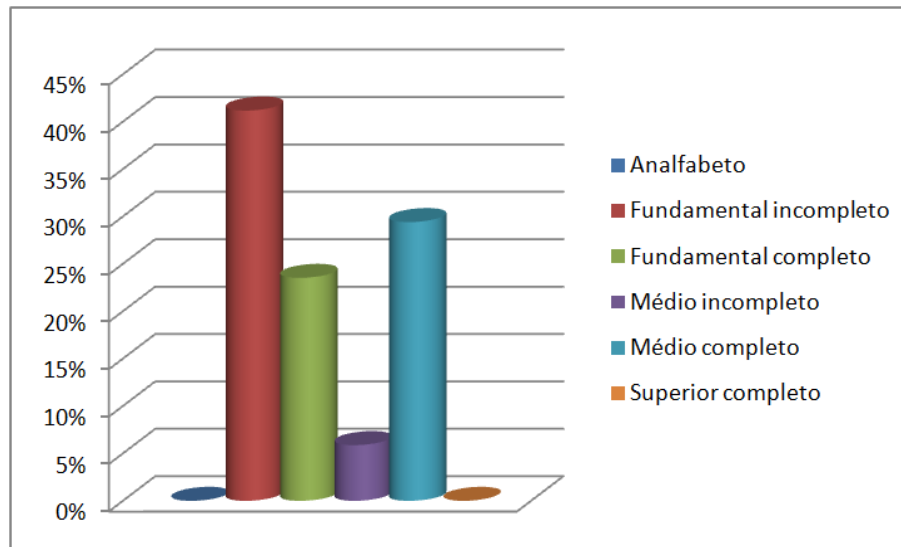
Fonte: Organizado pelos Autores (2015).

No que diz respeito ao grau de instrução dos agricultores, observa-se, na Figura 4, que 41,18% dos entrevistados possuem ensino fundamental incompleto, 23,53% possuem ensino fundamental completo, 5,88% possuem ensino médio incompleto e 29,41% possuem ensino médio completo.

Conforme o Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar (EMBRAPA FLORESTAS, 2013), são atendidos todos os alunos matriculados na rede pública federal, estadual e do Distrito Federal de educação básica, ou seja, a educação infantil, incluindo as creches, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens

e adultos (EJA), escolas comunitárias e entidades filantrópicas com o uso de alimentos providos da agricultura familiar.

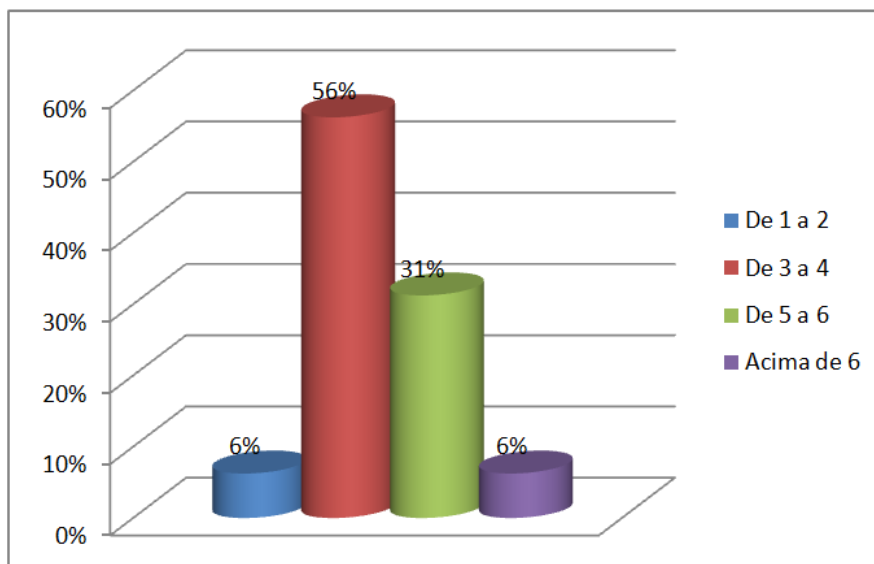
Figura 4: Grau de instrução dos agricultores entrevistados.



Fonte: Organizado pelos Autores (2015).

A maioria das famílias dos agricultores é composta por 3 a 4 pessoas, conforme se pode ver na Figura 5. Isso é uma tendência da família brasileira atualmente. Apenas um entrevistado possui família composta por mais de 6 integrantes. Esse empreendimento trata-se de uma granja em que todos os irmãos com respectivas famílias fazem parte. Entre os anos de 1960 e 1980, as famílias eram grandes, compostas de 5 a 10 filhos. O trabalho organizava-se de modo que, enquanto alguns cuidavam da casa, dos afazeres domésticos e dos irmãos mais novos, outros iam à lavoura desde cedo (EMBRAPA FLORESTAS, 2013).

Figura 5: Número de pessoas integrantes da família dos agricultores entrevistados.



Fonte: Organizado pelos Autores (2015).

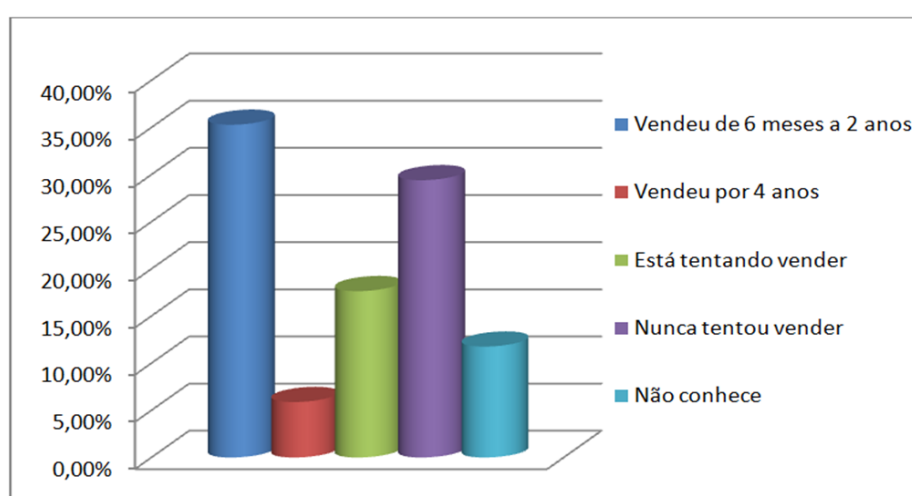
Do total de membros das famílias analisadas, 77% trabalham na produção. Apesar da maioria dos agricultores trabalhar sem nem mesmo a mão de obra dos filhos, não possuem funcionários permanentes, e, quando necessário, contratam diaristas. Quanto ao transporte da colheita, 76% é feito por veículo próprio e 24% ainda dependem de fretamento.

No que diz respeito às propriedades, observa-se que 80% dos entrevistados são proprietários da área em que trabalham. Os que responderam “Não” (não são proprietários) são os que trabalham na propriedade dos pais, o que demonstra a tradição de continuar mantendo as terras nas mãos da família.

A Figura 6 mostra a quantificação dos agricultores participantes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Do total, 35,29% já venderam há 6 meses a 2

anos, 5,88% venderam por 4 anos, 17,65% estão tentando vender, 29,41% nunca tentaram vender e 11,76% não conhecem o programa. Nesse sentido, observa-se que a venda da produção familiar, conforme alertam Borges et al. (2014), é algo que ainda necessita ser conquistado em uma escala maior, o que incentivaria a produção e melhoraria a qualidade alimentar da população.

Figura 6: Porcentagem de agricultores entrevistados participantes do PAA.

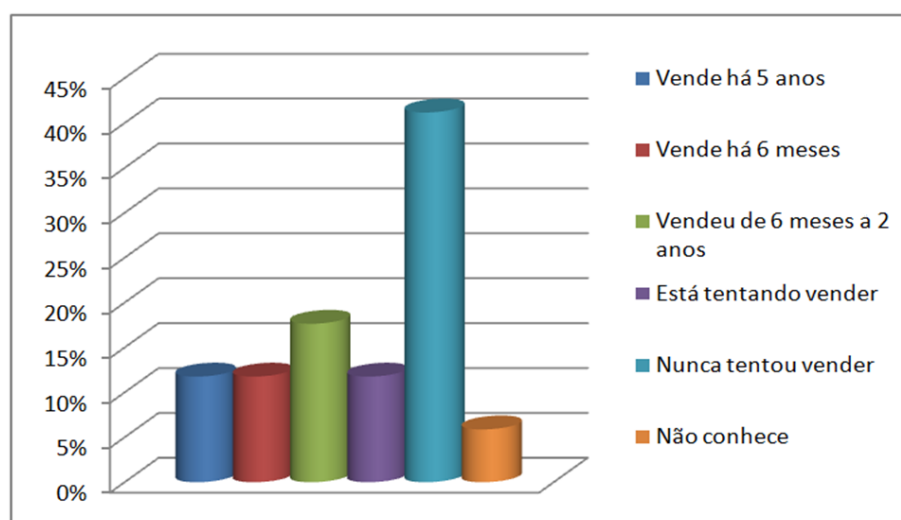


Fonte: Organizado pelos Autores (2015).

Ao quantificar os agricultores participantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), descobriu-se que 12% vendem há 5 anos, 12% vendem há 6 meses, 18% venderam num período de 6 meses a 2 anos, 12% estão tentando vender, 41% nunca tentaram vender e 6% não conhecem o programa (Figura 7). Além de venderem para os programas, 100% dos entrevistados vendem para feiras e para alguns mercados. Eles obtiveram conhecimento por meio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS) e da Cooperativa de

que fazem parte, e nunca procuraram saber como seus produtos são usados na alimentação escolar.

Figura 7: Porcentagem de agricultores participantes do PNAE.



Fonte: Organizado pelos Autores (2015).

A Figura 8 apresenta uma relação com as principais fontes de renda da família. As respostas apontaram que o principal meio de sustentação econômica das famílias é a produção de grãos e “hortifrutigranjeiros”, ou seja, estabelecimentos que comercializam produtos de hortas, de pomares e de granjas. Segundo análise de Alba e Galante (2009, p. 34), no estado do Paraná, a principal atividade é a pecuária leiteira, o que apresenta uma semelhança com a região do Alto Uruguai (RS).

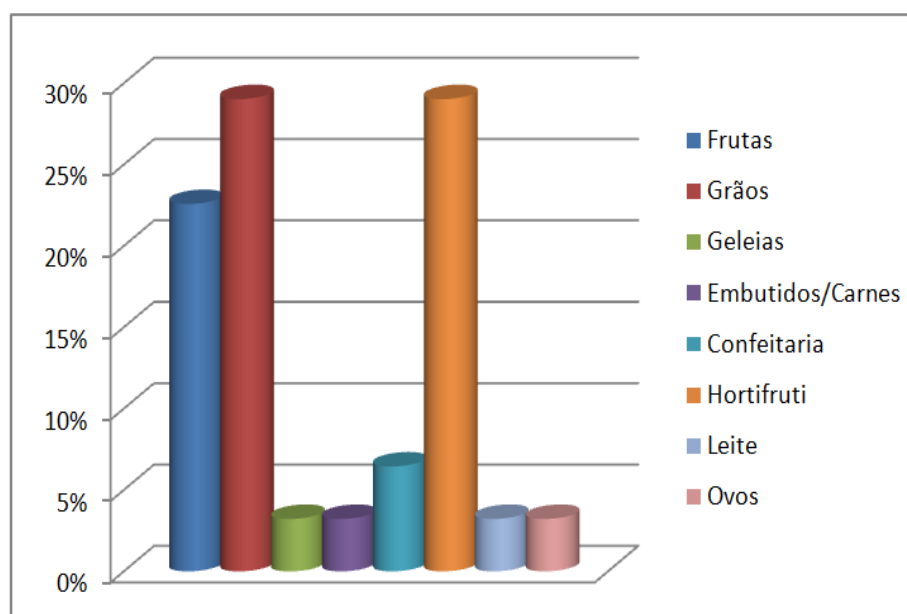
Os dados dos questionários apontam que as atividades realizadas pela Agricultura Familiar são diversificadas, para atender à própria necessidade de alimentação da família, além das alternativas de renda. Dos entrevistados, 100%

responderam que os alimentos são produzidos para fins comerciais e também para o consumo da família.

Em relação à produtividade, a Figura 9 traz a comparação entre os valores da renda familiar em salários mínimos. Vê-se que mais de 35% das famílias possuem renda de até 4 salários mínimos.

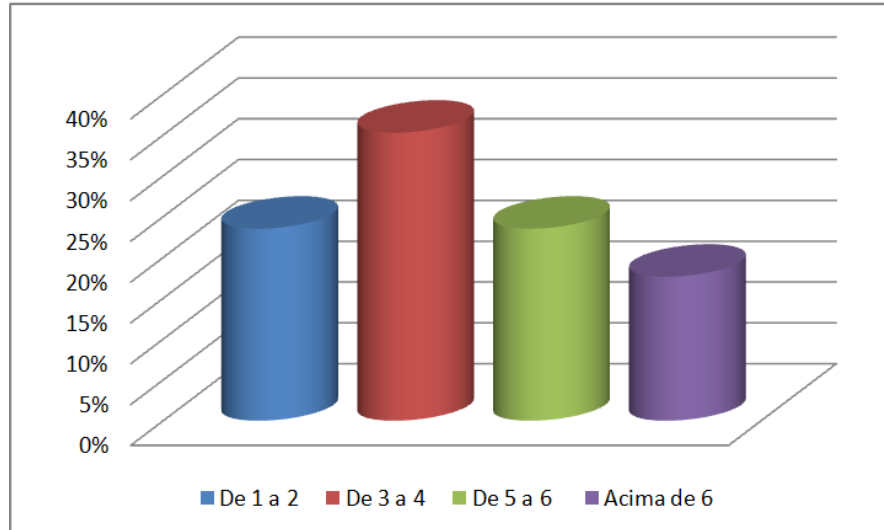
Conforme Alba e Galante (2009, p. 35), pela análise apenas quantitativa, é difícil saber se isso representa um valor expressivo ou não. Pois foi inconsiderada a questão do seu consumo, onde representa o que as famílias produzem destinado a suprir suas próprias necessidades de alimentação.

Figura 8: Principal fonte de renda segundo a atividade econômica.



Fonte: Organizado pelos Autores (2015).

Figura 9: Produtividade das famílias, analisada pela renda.



Fonte: Organizado pelos Autores (2015).

No que diz respeito a incentivo financeiro que privilegie os agricultores, citam os programas “Pronaf” e “Mais Alimento”, mas alguns ainda reclamam de que não há incentivos para determinados produtos. Em relação às maiores dificuldades enfrentadas pelos agricultores, estes informam preços defasados, falta de mão de obra, muito gasto com alvarás e insumos. Quanto às melhorias para a agricultura familiar, sugerem também que poderiam ter mais parcerias com o *Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas* (Sebrae), mais facilidade nos financiamentos e apoio para os pequenos proprietários, além de incentivos para que os filhos permaneçam nas terras da família.

Os entrevistados ainda referiram que o salário mínimo da população deveria ser mais alto para que pudessem comprar mais nas feiras, uma vez que esses produtos costumam ser mais valorizados do que os comercializados em mercados e produzidos em grandes quantidades. Mas, segundo Petinari, Bergamasco e Tereso (2010, p. 3), os preços dos alimentos produzidos pela agricultura familiar tenderiam

a ser reduzidos, a depender da sua diversificação. Isso seria “uma importante saída para os produtores se defenderem dos altos e baixos do mercado”, principalmente as frutas, que podem-se tornar uma boa alternativa para as pequenas propriedades.

Considerações finais

Sendo assim, torna-se possível compreender que o pequeno produtor rural do Alto Uruguai vem conquistando seu lugar, ainda que de forma gradual. Nos espaços diferenciados, com foco na produção ecologicamente correta, como é o caso da Feira do Produtor de Erechim (RS), os agricultores vêm recebendo a atenção de novas demandas de compradores possíveis, sobretudo daqueles buscam não consumir alimentos com produtos nocivos à saúde, os vegetarianos ou ainda os alérgicos a tóxicos e produtos afins.

As Feiras de Produtores de Erechim proporcionaram aos agricultores familiares maior empregabilidade, uma vez que possuem baixo nível de escolaridade. Logo, isso está relacionado à falta de oportunidade em centros urbanos maiores e acarreta dificuldade para ocuparem cargos em empresas ou em atividades que exigem escolaridade e educação formal mais específica e especializada. No entanto, em suas propriedades, a qualificação é grande, dominando com perícia seus afazeres.

Os agricultores familiares entrevistados estão satisfeitos com os resultados obtidos com sua atividade, possuem uma boa infraestrutura em suas propriedades e referem que foi possível realizar melhorias em suas casas, galpões e demais alojamentos. Participar da associação proporcionou a permanência do homem no

campo. Os filhos dos feirantes permanecem na zona rural, já que a maioria pretende seguir com as atividades dos pais.

A feira impulsionou o crescimento da agricultura familiar e da região, trazendo mais melhorias na qualidade de vida para as zonas rural e urbana, combatendo o desemprego e proporcionando ao consumidor adquirir produtos com mais qualidade a preços mais baixos. Isso vem contribuindo para o desenvolvimento da sustentabilidade ambiental, social e econômica da região do Alto Uruguai (RS), tornando-se um exemplo a ser seguido por outras regiões brasileiras.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Agricultura, Diferenciação Social e Desempenho Econômico**. Projeto IPEANEAD/MDA – Banco Mundial, São Paulo, FEA-USP, 2000.

ALBA, R. L; GALANTE, V. O crédito como instrumento de desenvolvimento sócio econômicos dos agricultores familiares orgânicos associados da Cresol Francisco Beltrão. In: Castilho M. L. e RAMOS, J. M. **Agronegócio e desenvolvimento sustentável**. Francisco Beltrão: Calgan, 2009.

EMBRAPA FLORESTAS (CNPQ). **ANUÁRIO Brasileiro da Agricultura Familiar 2013**. Erechim: Bota Amarela, 2013. 574 p.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70/Almedina Brasil, 2011. 281p.

BING AERIAL. **Imagem de satélite do município de Erechim/RS**. (Manipulada) In: QGIS - SOFTWARE. Version 2.4: Source Geographic Information system.USA: Project of the Open Source Geospatial Foundation (OSGeo), 2014.

BORBA, J. T. et al. **Monografia para economia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

BORGES, A. F. et al. Social and environmental aspects of family farming at Cacoal City, Rondônia State, Brazil. **African Journal of Agricultural Research**, Africa, v. 4, n. 35, p.2721-2726, 4 ago. 2014. Disponível em: <[http://www.academicjournals.org/article/article1409129585_Borges et al.pdf](http://www.academicjournals.org/article/article1409129585_Borges%20et%20al.pdf)>. Acesso em: 07 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 20 dez. 2014.

CLEPS JUNIOR, J. Questão agrária, Estado e Territórios em Disputa: Os enfoques sobre o Agronegócio e a Natureza dos conflitos no Campo Brasileiro. In: SAQUET, M.A; SANTOS, R.A. dos. **Geografia Agrária, Território e Desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 35-54.

DENARDI, R. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001. p. 56-62.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Tecnologias de produção de soja – Paraná 2005**. Londrina: Embrapa Soja, 2004. 218p. (Embrapa Soja. Sistemas de Produção, n.6).

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Monitoramento e avaliação de espaços coletivos para a construção social dos mercados pela agricultura familiar de Unaí, MG: Tipologia de sistemas de produção. **Relatório Técnico**, Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2011. 9 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo censitário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 10 dez. 2014.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Portaria nº 60, de 6 de setembro de 2012. **Diário Oficial da União**, 10/9/12.

NUNES, S. P. **O campo político da agricultura familiar e a idéia de “projeto alternativo de desenvolvimento**. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Curso de Pós-graduação do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2007.

PETINARI, R. A.; BERGAMASCO, S. P. P.; TERESO, M. J. A. Agricultura familiar no noroeste do Estado de São Paulo: a diversificação como estratégia de reprodução social. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48, 2010, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Sober, 2010. p. 1-4.

PICOLOTTO, E. L. Sindicalismo da agricultura familiar e agroecologia no Alto Uruguai do RS. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Paraná, v. 24, n. 24, p.153-172, jul. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Alcindo/Downloads/21075-92907-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutor em Ciências, Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PORTUGAL, A. D. **O Desafio da Agricultura Familiar 2004**. Disponível em: <<http://www.embrapa.br>>. Acesso em: 23 out. 2014.

QGIS - SOFTWARE. **Version 2.4**: Source Geographic Information system: Project of the Open Source Geospatial Foundation (OSGeo), 2014. Disponível em: <<https://www.qgis.org/en/site/forusers/download.html>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

SILVA, A. J. DA., SILVA JÚNIOR, M. F. Representações sociais e agricultura familiar: indícios de práticas agrícolas sustentáveis no Vale do Bananal – Salinas, Minas Gerais. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, nº 3, p. 525-538, dez. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9920/pdf_16>. Acesso em: 20 dez. 2014.

SILVA, J.; MENDES, E. de P. P. Desafios dos agricultores familiares nas comunidades rurais Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO). **Revista Formação Online**, São Paulo, v. 2, n. 19, p.32-50, jul. 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/2098/1943>>. Acesso em: 06 jan. 2015

SOBOLEVSKI, J. C.; DECIAN, V. S.; SILVA, J. O. M. Geografia e geoprocessamento aplicado ao zoneamento ecológico dos municípios do Alto Uruguai Gaúcho. **Vivências**, Erechim, v. 6, p. 48-57, 2014.

SUNDERHUS, A. B. **Agricultura familiar** - desafiando um paradigma social e político para sustentabilidade. 2008. Disponível em: <www.dae.ufla.br/revista>. Acesso em: 23 out. 2014.

RESUMO

A agricultura familiar tem grande importância na economia de um país. No município de Erechim (RS) e na região do Alto Uruguai (RS), por exemplo, ela é geradora de alimentos, de emprego e de renda. Como parte de um setor muito antigo da economia, a agricultura familiar rompeu, com o passar do tempo, alguns preconceitos, causando modificações. Nesta, faz-se um diagnóstico do desenvolvimento da agricultura familiar e traça-se o seu perfil, tendo como base os agricultores familiares de Erechim (RS) e região do Alto Uruguai. Metodologicamente, aplicou-se um instrumento de pesquisa em 51 famílias, representando 47% das famílias contabilizadas que trabalham na agricultura familiar da região. Os resultados apresentam um diagnóstico em relação à produtividade, cujos valores da renda familiar equivalem até quatro salários mínimos, isto é, mais de 35% das famílias possuem esta renda. O processo de modernização da agricultura familiar do Brasil contribui, portanto, imensamente para a expansão da produtividade, não apenas para a região do Alto Uruguai (pesquisada), mas também para a integração do aumento e exportação de produtos agrícolas em outras regiões brasileiras.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Renda Familiar. Economia. Erechim. Região do Alto Uruguai.

ABSTRACT

Family farming is of great importance in the economy of a country. In the city of Erechim (RS) and Alto Uruguai (RS) in South Brazil, it generates food, employment and income. As part of a very old sector in economy, it has broken some prejudices and has caused modifications over time. The main goal of this research is to diagnose the development of family farming in Erechim and Alto Uruguai region, in order to create a profile based on the family farmers of these areas. The methodology concerns a research tool applied to 51 families, representing 47% of the interviewed families taking part of the Family Farming Program (FFP) in the region. The results showed a diagnosis in relation to productivity, whose values of family income are equivalent to four minimum wages, namely more than 35% of the families earn this income. Thus, the modernization process of the Brazilian agriculture contributes greatly to the expansion of productivity, not only for the region of Alto

Uruguai (above), but also to integrate and increase the export of agricultural products in other Brazilian regions.

Keywords: Family Farming. Family Income. Economy. Erechim. Alto Uruguai.

Informações sobre os autores:

¹ Charline Ujacov Silveira - <http://lattes.cnpq.br/5448665211526155>

Possui graduação em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (2013). Tem experiência como pesquisadora voluntária na área de Ciências Ambientais, com ênfase em Educação Ambiental e seus impactos positivos em relação aos resíduos sólidos, biodiversidade, recursos hídricos e agricultura familiar.

Contato: charline.silveira@live.com

² Alcindo Neckel – <http://lattes.cnpq.br/2671193836126313>

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, na linha de pesquisa Análise Ambiental (2014). Mestre em Engenharia, com a Área de Concentração Infraestrutura e Meio Ambiente pela Universidade de Passo Fundo (2010). Possui graduação em Geografia (LP/B) pela Universidade de Passo Fundo (2007) e em Gestão Ambiental pela Faculdade Portal das Missões (2012). Atualmente realiza estudos de PhD em *Geography and Environmental Sciences pela Atlantic International University* na cidade de Miami (Flórida EUA) (2014). É Professor da Faculdade Meridional/IMED; Pesquisador pela Fundação Meridional/IMED, sendo líder dos Grupos de Pesquisa: Sociedade, Ambiente e Impactos Ambientais Urbanos; e Governança nas Cidades Sustentáveis. Assim, cadastrados no Diretório do CNPq e Certificado pela Fundação Meridional/IMED, contemplando as linhas de pesquisa: Impactos Ambientais Urbanos e Mobilidade Urbana; É avaliador de Periódicos nacionais e internacionais de relevância mundial, como: a Revista Para Onde? (UFRGS), *International Journal of Agricultural Policy and Research*, o *Journal of Environment Pollution and Human Health* e o *Journal of Geosciences and Geomatics*. Tem experiência na área ambiental e mapeamentos, com ênfase em Gerenciamento, Desenvolvimento Sustentável, Impactos Ambientais Urbanos, Valoração Ambiental, Educação Ambiental, Resíduos Sólidos, Geomorfologia, Gerenciamento de Recursos Hídricos, Poluição Atmosférica, Uso e Conservação do Solo, Cartografia, Sensoriamento Remoto, Geoprocessamento e Georreferenciamento.

Contato: alcindoneckel@yahoo.com.br

³ Daiane Folle – <http://lattes.cnpq.br/7344017648258038>

Graduada em Engenharia Civil pela Universidade de Passo Fundo (1999). Pós-Doutora junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEM - Conceito 7 - CAPES). Atua como docente da Faculdade Meridional (IMED) nos cursos de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo. Atualmente é Diretora Acadêmica da Faculdade Meridional (IMED - 2012). Foi professora emergencial no ano de 2009 junto ao Curso de Engenharia Ambiental e Engenharia Civil da UFRGS. É doutora (2009) e mestre (2002) em Engenharia pela

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista em Geoestatística pela École des Mines de Paris (Fontainebleau - 2003) e Especialista em Gestão da Qualidade para o Meio Ambiente pela PUC-RS (2007). Realizou Doutorado Sanduiche na Università La Sapienza di Roma (Roma - Itália - 2005). Participa do Grupo de Pesquisa do CNPq: Materiais Alternativos para Pavimentação e Engenharia Geotécnica [PUC-RIO]; Inovação no Ambiente Construído [IMED]; Desempenho no Ambiente Construído [IMED]; Sociedade, ambiente e impactos ambientais urbanos [IMED]. Atuou como coordenadora de pesquisa da Faculdade Meridional IMED (2011, 2012). Coordenadora do Projeto de Pesquisa: Arquitetura Sustentável de Interesse Social, junto à IMED (2011). É Professora Pesquisadora do Núcleo Stricto Sensu em Engenharia Civil IMED.
Contato: daiane.folle@imed.edu.br